



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 12ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 14 de março de 2016, com início às nove horas e quarenta e dois minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa.

PEQUENO EXPEDIENTE – Ofício nº 02/2016/JM/CMC do gabinete do vereador Jorge Menegatti, pedindo a retirada e arquivamento do Projeto de lei nº 52/2015. Projeto de lei nº 15/2016. Projeto de lei nº 16/2016. Parecer favorável nº 5 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 12/2016. Parecer nº 28 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 12/2016. Parecer nº 19 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 6/2016. Parecer nº 1 contrário da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de lei nº 6/2016. Parecer nº 29 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de decreto legislativo nº 2/2016. Parecer favorável nº 7 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 11/2016. Parecer nº 27 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 11/2016. Parecer nº 5 favorável da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 11/2016. Parecer nº 3 favorável da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 8/2016. Parecer nº 1 favorável da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente nº 8/2016. Parecer nº 22 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 8/2016. Parecer favorável nº 4 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 8/2016. Parecer nº 5 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo nº 8/2016. Ofício nº 095/2016 do gabinete do Deputado Dilceu Sperafico, informando indicação de emenda individual ao OGU/2016. Ofício nº 037/2016 GAB. PRE da Câmara Municipal de Toledo, convocando para reunião a respeito do fechamento do Hospital Bom Jesus. Ofício nº 001/2016 do gabinete do Deputado Evandro Roman, referente à indicação de emenda para o Município de Cascavel no Orçamento Geral da União, para os exercícios de 2015 e 2016. Ofício nº 284/2016/PRM - Cascavel informando arquivamento do Procedimento Preparatório nº 1.25.002.001494/2015-90. Ofício nº 8/2016 da liderança do Governo, solicitando o adiamento por 7 sessões do anteprojeto de lei nº 139/2015. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Paulo Porto, Romulo Quintino e Luiz Frare. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. - Vereador Pedro Martendal: Solicito a inclusão na pauta de um projeto de minha autoria, o de nº1/2016. Obrigado! – Presidente: Registre-se o pedido do vereador. Antes de iniciarmos a ordem do dia, hoje temos a sessão abrilhantada pela presença do arcebispo Dom Mauro, do Arcebispo emérito Dom Lúcio e também, pelos padres: Gilmar, Jorge, Adriano, Jean, Santo e Jocimar que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vieram prestigiar a entrega de uma homenagem proposta pelo vereador Pedro Martendal e aprovada por todos senhores vereadores: um voto de louvor e congratulações o qual passo a ler, neste momento: A Câmara Municipal de Cascavel por iniciativa do vereador Pedro Martendal, em conformidade com o artigo 121, III, do Regimento Interno outorga o voto de louvor e congratulações ao Seminário Diocesano São José, pelo meio século de boas obras, formação espiritual, intelectual, comunitária e pastoral, contribuindo não apenas com aqueles que seguem a vida religiosa, mas todos aqueles que passaram pelo seminário em sua formação, como cidadão e pessoa de bem, colaborando em vários setores da sociedade. Cascavel, 14 março 2016. Este referido voto de o louvor e congratulações é assinado por esta presidência e pelo vereador Pedro Martendal, a quem passo a palavra neste instante. – Vereador Pedro Martendal: Hoje é um dia especial. Temos aqui a presença de vossa excelência reverendíssima Dom Mauro Aparecido dos Santos, arcebispo metropolitano da arquidiocese de Cascavel e também, vossa excelência reverendíssima Dom Lúcio Ignácio, arcebispo emérito da arquidiocese de Cascavel e não podemos deixar de mencionar nosso respeito em memória ao arcebispo emérito, Dom Armando Círio. Destacamos que Dom Armando, além do trabalho de início das tratativas de fundação do seminário, que hoje é reverenciado por meio século de trabalho, também Dom Armando veio pra nossa região, num momento de muita dificuldade. Num momento que não tinha estradas, que não tinha nenhum conforto e além do trabalho religioso fez um trabalho social muito intenso na defesa das pessoas, dos Direitos Humanos daquele período tanto quanto difícil. Também a minha saudação especial ao padre Gilmar Petry e também, ao padre Jorge, que são reitor e vice-reitor do Seminário, neste momento. Ressaltando também, o trabalho de todos os padres que já ocuparam essa função de reitor, os demais padres nominados pelo presidente e aos seminaristas. Um agradecimento especial a todos os vereadores que quando este vereador propôs esta homenagem, a concordância foi unânime. Todos subscreveram esta homenagem, então é uma homenagem proposta por este vereador, mas de autoria dos 21 vereadores desta Casa. Deixo até para o arcebispo Dom Mauro e Dom Lúcio para que façam suas posteriores considerações, a respeito do Seminário. Rapidamente eu quero destacar a importância do Seminário em nossa sociedade. Muito bem lembrado pelo presidente e, consta inclusive no projeto, que o Seminário desenvolve um trabalho que além do seu objetivo principal que é: a formação de religiosos realiza ainda, um trabalho social muito grande; haja vista que por lá passaram mais de duas mil pessoas. Nem todos seguiram a vida religiosa, mas temos certeza e temos conhecimento disso, que foram pessoas melhores e, que houve um acréscimo na sua formação, um acréscimo de qualidade. E hoje, trabalham pela nossa comunidade em Cascavel e por todo este Brasil, levando uma palavra de conforto, uma palavra de trabalho e são pessoas de bem. Muito bem lembrado e inclusive, consta da homenagem e então ainda mais, a própria Festa de 1º de maio, feita no Seminário e que eleva o nome de Cascavel a nível nacional e internacional, além do conagraçamento no Dia do Trabalho que eleva o nome da nossa cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador - Vereador João Paulo de Lima: Cumprimentar os bispos, padres e fazer uma menção honrosa aos seminaristas, porque se hoje existe os bispos e padres, foi através do início: seminaristas. Parabenizar o seminário e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dizer que é um momento de alegria, momento de festa também na Arquidiocese de Cascavel ao contemplar esses 50 anos de muito trabalho, vindo inclusive em memória do Dom Armando até Dom Lúcio, e agora com Dom Mauro. E então parabenizar o vereador desta proposta que o senhor fez, de homenagem, de voto de louvor e de congratulações; porque realmente hoje mostra a nossa Comunidade Cristã, a Igreja Católica, unindo forças na cidade de Cascavel. (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Existe uma palavra que diz assim: que uma árvore boa dá bons frutos e, quero só fazer o registro que dentre todos os meus pares, graças a Deus, eu sou católico. Sigo a fé católica e tenho acompanhado toda essa sequência deste trabalho maravilhoso que o Seminário São José faz. E faço aqui um registro e dizer que: do Seminário saiu o bispo que é Dom Peruzzo, bispo de Francisco Beltrão e hoje de Curitiba; agora Dom Nélio, que foi pra Jataí, Goiás; então isso é fruto deste Seminário São José. Parabenizar o vereador Pedro Martendal por essa ideia de homenagear. Era isso, obrigado! – Vereador Pedro Martendal: Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: É uma alegria, é uma satisfação mais uma vez ver que esta Casa está cumprindo com seu papel, através dos seus membros de legítimos representantes das comunidades. E nós desta Casa por várias situações, algumas vezes visitamos Dom Mauro, estivemos conversando com ele também, acerca de coisas importantes da nossa cidade. E nós temos a sensação de dizer que essa Câmara é uma câmara atuante na defesa dos princípios da família, da igreja indistintamente, seja qual for a sua denominação e, esse reconhecimento feito hoje também, ao Seminário; ele tem uma importante muito grande. As igrejas e os trabalhos desenvolvidos por elas são de fato muitíssimo relevantes. Ai de nós se não tivéssemos as igrejas, se não tivéssemos as entidades ligadas às igrejas, pra fazer a diferença nesse plano terreno. A palavra nos diz que: o cristão ele é o sal da terra e a igreja cumpre com esse papel especial; quando mantém também o Seminário e desenvolve essas ações tão positivas; então não poderia deixar de expressar o nosso reconhecimento, parabenizando pelo belo trabalho. (-Um aparte) Pois não. – vereador Cláudio Gaitreiro: Ao assinar a proposição encabeçada pelo vereador Pedro Martendal, me veio o histórico 23, 24, 25, 26 de setembro de 74 quando nós aquela época embarcávamos no ônibus na Igreja São Cristóvão e íamos para o Seminário fazer TLC - Treinamento de Liderança Cristã. Ali houve uma mudança muito grande na minha vida, em função de que, quem sabe, seria um dos primeiros chamados na época de Deus pra que nós; alicerçados nos ensinamentos dos nossos pais, seguíssemos firmes na linha de Deus. Parabenizar o vereador Pedro Martendal pela iniciativa e a todos os vereadores. Dizer o grande papel que tem nossa Igreja Católica Apostólica e as demais igrejas que, grande serviço presta à comunidade. Parabéns aos vereadores, parabéns ao Seminário São José! (-Um aparte) - Vereador Romulo Quintino: Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar o vereador Pedro Martendal pela proposição e o reconhecimento desta Casa pela proposição. O reconhecimento desta Casa a um setor importante da formação religiosa e pra sociedade de Cascavel: 50 anos não é 50 dias e mostra que o trabalho à frente do Seminário, das entidades religiosas está sendo muito bem conduzido e está sendo solidificado por esse tempo de construção e com perspectivas futuras de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

continuidade, naquilo que é o projeto que tanto a religião, a igreja e o seminário se propõem. É um momento de festa, comemorar esse tempo de existência do Seminário e parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido e também, ao vereador Pedro Martendal pela sua proposição. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Dizer da importância do Seminário para nossa arquidiocese, dizer da importância daqueles que iniciaram o Seminário há 50 anos atrás e deram os primeiros passos pra chegarmos até aqui, com muitos sacerdotes formados no nosso Seminário São José. O nosso reconhecimento, enquanto católico, cristão, pela missão pastoral das igrejas, através dos seus seminários, seminaristas... então o nosso reconhecimento a igreja católica e também, aos benfeitores que ajudaram nesta caminhada nos últimos tempos e principalmente, no último ano que tivemos aqui, na arquidiocese a instalação de 3 novas paróquias: a Santa Cruz, Nossa Senhora da Consolata e também, a Paróquia São Pedro e São Paulo Apóstolo em Cafelândia... Muito obrigado ao Seminário São José, pela formação dos novos sacerdotes e com certeza os sacerdotes vão enviar a mensagem do Cristo nas nossas comunidades de Cascavel e também, em todos os municípios da arquidiocese. Obrigado! – Presidente: Agora, de maneira muito respeitosa convido pra vir à frente, pra receber a homenagem em nome do Seminário: o arcebispo Dom Mário, Dom Lúcio, o Padre Gilmar, Padre Jorge, os Padres: Luiz, Josimar, Santo e o Padre Adriano. Convido pra fazer uso da palavra em nome do Seminário, o nosso arcebispo Dom Mauro. E na sequência, o padre Jorge pra também fazer uso da palavra. (O arcebispo Dom Mauro falou sobre as dificuldades encontradas no início dos trabalhos do Seminário, como, por exemplo, o trabalho social feito pela diocese ao muitos jovens, adolescentes pra que pudessem estudar. Disse ainda que, o Seminário São José nunca cobrou mensalidade, vive da divina providência e do que arrecada com a Festa de São José. Ao final, agradeceu a Câmara Municipal pelo reconhecimento) – Presidente: Nós que agradecemos. Agora convido o Padre Jorge para fazer uso da palavra. (O padre Jorge afirmou que o Seminário é uma instituição da Igreja Católica, cuja finalidade é formar padres, ou seja, ministros que administrem os sacramentos instituídos por Cristo. Relatou que os seminários por muito tempo supriram a ausência do Estado, principalmente no que diz respeito à transmissão de conhecimento científico. O Seminário São José surgiu no dia 27 de fevereiro de 1966, por iniciativa de Dom Armando, então bispo de Toledo. Lembrou que o Seminário também, promove uma festa, a do Dia 1º de maio, cuja repercussão é nacional e até internacional. Ao final agradeceu a todos o apreço pelo Seminário e por sua história de contribuição a sociedade cascavelense e de toda região). – Presidente: Nós que agradecemos e dizer que, é um privilégio pra esta Câmara prestar uma homenagem tão justa como esta. **ORDEM DO DIA:** – Presidente: Senhores vereadores, iniciamos a ordem do dia. Temos as atas da 10ª e 11ª sessões ordinárias, realizadas dia 07 e 08 de março de 2016, em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; atas aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos agora o Projeto de lei nº 12/2016 de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o poder Executivo Municipal a contratar operações de crédito com a Agência de Fomento do Paraná S.A., a Fomento Paraná. Em discussão projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Este anteprojeto autoriza o Poder Executivo a contratar junto a Agência de Fomento do Paraná a importância de 15 milhões, para poder então, cumprir alguns compromissos de asfaltar a maioria das ruas do município de Cascavel. Serão contemplados diversos bairros: Conjunto Jesuítas, Santa Cruz, Santo Onofre, Presidente, Pioneiros Catarinense, Brasília, Periolo, Universitário, aqui no município de Cascavel. Este projeto passou então, por todas as Comissões nesta Casa de Leis e lembrando também, que este projeto precisa de uma autorização do Senado Federal e também da Agência de Fomento do Paraná pra poder contrair este empréstimo. Com certeza, vai ser de grande valia e nós que, estamos aqui neste ano, um ano eleitoral, precisa se antecipar algumas licitações e pra isso nós precisamos então, votar este projeto hoje e amanhã, pra que o município então comece a encaminhar todas as necessidades previstas em lei e pra poder fazer... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Acho importante este projeto, porque já estava no programa de governo, asfaltar os bairros que ainda não tem asfalto. Aqui, está citando os bairros e se a gente tivesse com mais propriedade sobre as ruas: porque de repente não vai asfaltar determinada rua e, a gente podia ter assim uma informação mais certa, pra gente poder passar pra os moradores que estão mandando mensagem e pedindo quais ruas serão asfaltadas, pra gente dar então, essa informação para os nossos eleitores. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Semana passada estive com o secretário de Planejamento, verificando e ele não tem ainda em mãos, essas ruas. E nos falou que durante essa semana, com certeza, ele já terá em mãos a relação dessas ruas e com certeza, a gente passará para os vereadores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Vou votar favorável, mas...o secretário vai arrumar depois que aprovar o projeto? Daí não tem jeito, o senhor como líder de governo tem que solicitar que o secretário providencie imediatamente; porque estamos falando de asfalto pra 100% de Cascavel e não podemos votar contra, mas logicamente precisamos ter os nomes das ruas e os bairros que serão contemplados; aí saberemos se é 100% esse asfalto na cidade de Cascavel; então peço que vossa excelência providencie isso, ainda hoje. A Secretaria que faça isso ainda hoje, porque senão amanhã vamos votar contra; porque... depois que aprovar o projeto nós saberemos quais as ruas? Porque pelo que sei, alguns bairros não serão contemplados. Não vou ser contra o interesse dum projeto dessa envergadura, que é o asfalto em 100% da cidade de Cascavel. Não adianta vir aqui com discurso demagógico dizendo que: o município vai ter gasto, porque isso vai ser pago pela população; mas precisamos saber quais os bairros vão ser contemplados. Era o que tinha. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado. O prefeito não está com demagogia, está aqui pra fazer cumprir o que prometeu em campanha: de asfaltar 100% a cidade. Então estamos aqui hoje, autorizando o município a fazer esse empréstimo de 15 milhões pra poder cumprir estes compromissos, que ele tem com o município de Cascavel. Com certeza, ele gostaria de fazer muito mais, mas sabemos que temos regras e leis a serem cumpridas. Cumprir um cronograma pra chegar aos 100% do município de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Uma coisa que me chamou atenção é o conjunto Abelha e Jesuítas. O Conjunto Abelha eles não têm nem o documento. Eu acho importante que, no momento da confecção do asfalto, estes bairros também sejam contemplados. Deve ter uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ação social, alguma coisa para regularizar os lotes dessas pessoas, um dos bairros mais antigos da região e os moradores ainda não têm escritura dos lotes. Que a gente possa resolver este problema, também. Obrigado! – Vereador Cláudio Gaitero: Com certeza; o Jesuítas e o Abelha também, estará contemplado. A Cohavel está regularizando e assim que tiver regularizado será contemplado, sim. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Me estranha muito este projeto pedindo dinheiro, sendo que há poucos dias o prefeito esteve aqui, falando que está sobrando 40 milhões do BID. Podia usar o dinheiro do BID pra fazer asfalto que também é mobilidade urbana. Não precisaria pegar mais dinheiro e deixar a prefeitura ainda mais endividada. Aproveitando a fala do vereador Professor Paulino: como vai fazer asfalto, onde não tem documento? A prefeitura precisa analisar melhor o que vai fazer. Está mandado pra esta Casa um projeto totalmente incompleto, não sabe as ruas que vai usar o dinheiro. Simplesmente, manda pedir dinheiro e esta Casa que devia analisar melhor, na hora de dar os pareceres das Comissões, se toda a documentação está correta; infelizmente dá o parecer favorável em todos os projetos do Executivo e ficamos aqui, com um projeto que está sendo votado e que nem o Executivo sabe, imagina os vereadores. – Vereador Cláudio Gaitero: Estranho vossa excelência, um empresário, morador de Cascavel, desconhecer o projeto do BID. Jamais poderá colocar esse asfalto em outros lugares da cidade, essas verbas são pra mobilidade urbana, conforme o projeto. É um financiamento internacional, onde têm bancos e fiscais. Os bancos em Cascavel quase toda semana, fiscalizando as obras aqui na cidade. Com certeza o prefeito não poderá colocar esse dinheiro em outros bairros. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: O senhor falou, líder do governo, que não pode usar em mobilidade urbana e o senhor acabou de falar que asfalto é mobilidade urbana. É uma questão de acertos pra fazer asfalto com este dinheiro, porque asfalto está sendo feito na avenida Brasil em qualquer lugar, porque noutros lugares não pode? Poderia sim e não precisaria endividar ainda mais a prefeitura. Só quero ver quem for administrar essa cidade, como vai pagar essas contas. O projeto não diz em quais ruas vai ser utilizado, diz que vai ser utilizado o dinheiro em bairros que não tem escritura, documentação. Jamais votaria contrário a fazer asfalto em Cascavel. Quem está pisando no barro, quer o asfalto de qualquer jeito, mas só quero ver: como a prefeitura vai fazer asfalto, onde não tem documentação e, vai cobrar de quem? Este problema vai ser pra o próximo prefeito, porque este não vai cobrar, este vai fazer e quem vai acertar é o próximo. Vou votar favorável, mas sabemos que isso aqui tem coisa errada. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Realmente, o asfalto numa rua que é de chão hoje, ajuda muito, inclusive na saúde. O estresse, pessoas não ficam em depressão pela situação de ter sua rua com pó, lama, e ajuda em várias situações: a ansiedade das pessoas também é amenizada por ter asfalto. Foi levantada a questão de documento, realmente não se faz asfalto onde não tem documento. É o caso do Araucária também, que está esperando a documentação pra depois fazer o asfalto e o documento não sai e temos que ter a documentação, pra que o asfalto saia lá, também. Para se cumprir o projeto de 100% de asfalto, até terminar o mandato dele: se depender deste vereador sou favorável, mas tem que acertar a situação de bairros que não tem documentação, pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

veremos o prefeito cumprir com os 100% de asfalto. Voto favorável, porque acredito que asfalto é uma benfeitoria e lembrando que: o morador é beneficiado. Um imóvel com asfalto na frente valoriza o imóvel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Não somos malucos de num momento desses dificultar. A única questão que levantamos é que: a Cohavel precisa acelerar esse processo da regulamentação dos terrenos que estão sem escritura. É necessário que essas pessoas sejam incluídas. Um dos bairros mais antigos, como o Conjunto Abelha: passa prefeito e essa situação não se resolve. Quero aplaudir o Executivo, na medida em que regularizar essa situação. As pessoas estão aguardando, eles estão cobrando uma providência, com urgência. Eles têm disposição pra pagar e têm pessoas que tem condições. Obviamente que outras não tem, mas os que não têm, o município tem a obrigação de olhar por eles. Muito importante que a Cohavel de fato dê atenção. Ano passado, aprovamos um projeto pra Cohavel regularizar esses terrenos e não dá pra fazer corpo mole. Vem o projeto mais uma vez, recursos e as pessoas vão ficar novamente sem. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Me preocupa o seguinte: já tem 7 milhões aprovado pra fazer asfalto e o prefeito não fez, ainda. Todo final de mandato querem fazer o que não fizeram nos 3 anos anteriores, me preocupa muito. A arrecadação do município de Cascavel a tendência é começar a cair. Esses orçamentos que temos é fantasia, quando chega no final é insuficiente. Gostaria de saber se esse endividamento não vai prejudicar as próximas gestões, mas vou votar favorável; porque se tenho asfalto na frente de minha casa, quero que todo cidadão tenha também asfalto. Não devia nem ter loteamento sem asfalto, no passado não era necessário. Mas me preocupa a qualidade do asfalto em final de mandato. Ontem, tinha um cidadão que é dono de um loteamento e estava dirigindo um trator, se ele passasse com aquele trator nos loteamentos dele, com certeza ia acontecer o que eu e o Walmir Severgnini vimos no bairro Faculdade: um cidadão foi construir uma casa, 3 caminhões de tijolos estacionaram no mesmo lugar e afundou o asfalto. Minha preocupação é no final de mandato, no apagar das luzes, a qualidade desse asfalto e, se não vai faltar dinheiro pra o próximo prefeito. Gostaria que... como já estão apagando a luz no mandato do Edgar Bueno, que o próximo prefeito possa fazer alguma coisa por Cascavel. Esse cidadão que em 11 anos de mandato, nos últimos 7 consecutivos não teve a coragem de fazer asfalto e no último ano, sobrando 7 milhões, que tem pra ele fazer; agora no final do ano ele quer fazer tudo. Vou votar favorável mesmo com um tom de... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Com certeza o prefeito não vai deixar dívida maior do que ele pegou a 11 anos atrás. Ele não deixará dívidas, conforme ele pegou em sua gestão. – Vereador Jorge Bocasanta: Então você deveria trazer isso pra nós, dentro do orçamento do ano passado: quanto vai ficar. Ninguém é contra ninguém, mas acho que a gente tem que respeitar os próximos mandatários. Vou votar favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Estamos hoje sem dúvida, prestes a aprovar um dos projetos mais importantes que já tramitou nesta Casa durante nossa legislatura. Espero que após aprová-la que também, dê tempo a tramitação em Curitiba, em Brasília junto aos órgãos financiadores, pra que de fato essas obras venham a acontecer. Mas esta Casa fará seu papel, ela cumpre com o desejo das pessoas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que estão esperando há muito tempo pelo seu asfalto. Os vereadores são aqueles que estão mais perto das comunidades, aqueles que sabem as reais necessidades e nós somos também, cobrados por essa falta do asfalto em muitas ruas, em muitos bairros que agora terão autorização desta Casa pra ser contemplados. Eu não tenho dúvida que, esse projeto passa e sobretudo que as comunidades serão atendidos no futuro. A Comissão, enquanto presidente da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, analisou com muito critério todos os dados. É claro que existem as ruas que vão faltar ser asfaltadas, claro que existe destinação, claro que os projetos todos vão para o Concidade, para Curitiba, vão para os Conselhos. Não tem como ir um projeto se não estiver bem subsidiado de informações. Acho que os senhores que criticam essa ação do asfalto, do empréstimo tem que votar contra pra comunidade saber realmente qual é o papel de cada um dos senhores vereadores. Não adianta vir querer atacar os vereadores da base governista, o líder do governo, que está no apagar das luzes do governo, que agora vai fazer... esse projeto está andando como muitos outros andavam, já há bastante tempo. Então eu acho que os senhores têm que ter a firmeza de: votar contra o seu João, a Dona Maria, os moradores do Interlagos que estão esperando o asfalto, assim por diante. Não adianta vir fazer esse discurso cansativo que estão aí, passando um mandato reclamando. Até agora, eu não vejo uma emenda de um governo federal, uma emenda de um deputado ligado aos senhores, que venha a beneficiar a cidade; e agora os senhores vêm falar que: é uma demagogia esse asfalto não chegar. Quero aqui fazer uma defesa da nossa Comissão formada por mim, pelo vereador Paulo Porto, Vereador Cabral e também pela Doutora Juliana, que é nossa engenheira. Todos os projetos que passam, eles são criteriosamente analisados com muito cuidado, muita atenção, já demos pareceres favoráveis, pareceres contrários e inclusive do Executivo Municipal quando entendemos que existe alguma coisa. Agora, vir dizer que está errado, que aí tem coisa, que está obscuro... Vota contra, vereador, vota contra e vai explicar para as pessoas porque você votou contra. Esta Comissão não é omissa, como o vereador que citou a Comissão e que não teve a coragem de falar qual Comissão que deu parecer. Também, não vou dar a honra de citar o seu nome, porque não entendo que seja merecedor; mas essa Comissão fez o seu trabalho e fez seu trabalho bem feito. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Antes de tudo, vereador Romulo Quintino, quero antecipar que voto favorável. Quando eu votei contra a urgência, não é que eu seja contra: o projeto é importante e, todas as pessoas do perímetro urbano merecem ter o asfalto. Agora surgiu a dúvida, hoje. Por que teria que ser com mais calma a apreciação deste projeto? No inciso IV, tem alguns bairros; mas vou citar só um exemplo: o Turisparque tem uma quadra sem asfalto. Eu não entendo porque, tudo em volta asfaltado, todas as ruas no seu entorno e uma quadra sem asfalto. Então, vereador Luiz Frare precisaria que o setor de obras, planejamento nos mandasse a relação realmente de todas as ruas que serão asfaltadas ou que conste no projeto que são: todas. Porque como indicou algumas, podem ficar algumas fora e então nós precisamos que seja realmente 100%. E pra encerrar minha fala, me preocupa sim a questão econômica. No artigo 5º, aonde tem os recursos, fala que é do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios e não é novidade que a nossa economia passa por dificuldades. Ainda bem que,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a nossa região dentro do Brasil é uma região privilegiada em função do agronegócio; mas nós podemos ter queda no Fundo de Participação dos Municípios, nós podemos ter queda no ICMS e aí, engessa as futuras administrações. Então, eu entendo que tem que ser asfaltado, mas como o prefeito municipal aqui esteve e falou que: tem 43 milhões sobrando do BID, eu entendo que seria mais prudente usar parte desses 43 milhões. E aquela desculpa de que não pode, desculpe a sinceridade, mas eu acho que ela não procede. Porque se não pode asfaltar as ruas do bairro, que é mobilidade, ou será que o pessoal da Brasil, da Tancredo e da Barão, tem uma atenção especial em relação ao bairro? Eu acho que não! É uma questão constitucional: todos são iguais perante a lei em direitos e obrigações; então, se o Executivo pode chamar o BID e negociar, como o prefeito falou aqui, e ele tem que achar onde gastar esses 43 milhões e pediu até, a nossa colaboração pra que, (pelo menos, foi o que eu entendi) que indicasse aonde aplicar esse valor. Ele pode sentar com o Bid e explicar que é mobilidade: apenas que entre a Avenida Brasil e o bairro será contemplada a Avenida, mas será contemplada as ruas do bairro. Se pode fazer alteração no projeto para outras áreas, evidentemente que asfalto do bairro está na mesma linha de financiamento das três avenidas e de outros projetos. Me preocupa muito o valor que nós estamos assumindo: o compromisso e a origem dos valores, no artigo 5º. E então voto favorável, entendo que o projeto é importantíssimo e deve ser aprovado, mas eu deixo aqui a minha preocupação quanto ao índice de endividamento, e deixo a sugestão para que o Executivo Municipal reveja sua situação e consulte o Bid. Faça uma alteração, use o dinheiro do BID e possa até abrir mão desse financiamento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vamos começar pela última colocação do nobre vereador Pedro Martendal. Uma coisa é uma coisa e, outra coisa é outra coisa. O BID tem um programa de financiamento em Cascavel, assinado com a Prefeitura Municipal para executar obras de mobilidade urbana, especificamente naquilo que foi contratado. Dentro daquele projeto que foi contratado a dois anos atrás, o prefeito veio aqui e disse que: sobraria de margem do empréstimo que foi feito, em virtude da valorização do dólar. Sobraria um valor, porém deveria ser aplicado e discutido dentro da mobilidade urbana. Por exemplo, uma sugestão: vamos readequar a avenida Carlos Gomes, é possível. É possível asfalto, primeiro lugar, Doutor Jorge, quando a prefeitura, qualquer prefeitura vai buscar o dinheiro no BRDE, no Badep ou no Paraná Cidade, Fomento Paraná, ele busca nesses órgãos repassadores do BNDES e é o seguinte: foi dito aqui, nós aprovamos 7 milhões e até agora, não aconteceu nada. Não aconteceu, porque depende de repasse do BNDES para esses órgãos que, são de fomento e que repassam às prefeituras. Não vamos aqui dizer o porquê, mas faz dois anos que os recursos estão à míngua. O governo, BNDES empresta pra os “Eike Batista da vida”, “os Friboi da vida”, mas não empresta para os municípios, que não têm como consequência: não tem o dinheiro para o Paraná Fomento, BRDE, Badep, enfim, os órgãos que estão aí. O Badep já foi pra emprestar pras prefeituras. Quanto ao endividamento, vamos lá: até pouco tempo atrás, o município vinha pagando quase R\$ 500.000,00 por mês de precatório, esse sim um dinheiro mal aplicado. Mas infelizmente as desapropriações que houveram, lá no passado, elas vieram e tem que alguém pagar essa conta. Coube ao Prefeito Edgar Bueno, atualmente, quitar essa dívida de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

R\$ 500.000,00. Até pouco tempo atrás, nós pagamos o calçadão de julho de 2014 que acabou; essa sim, são dívidas que vieram e têm que ser pagas. O BID lá na frente, e depois de 5 anos de concluído, o prefeito próximo vai pagar a primeira parcela; talvez no final do último ano de seu mandato. Depois são 25 anos, ou 300 meses pra pagar, se o dólar ficar no patamar que está hoje os R\$ 200.000.000,00 divide em 300 meses e isso aí dá R\$ 570.000,00 por mês, ou seja, é o precatório que nós deixamos de pagar que vamos pagar e vamos devolver esse dinheiro pra o banco que você emprestou. O outro detalhe Professor Paulino: o asfalto, 100% na cidade acontece se houver todos os loteamentos regularizados. O prefeito que assumiu em 2001, teve início e teve continuidade com o governo Lísias Tomé e agora com uma intensidade maior nos últimos 4 anos de regularização de 24 loteamentos irregulares; destes 13 foram regularizados e ainda resta 11 para ser regularizado. Nessas ruas não vai passar e não vai ser 100% das ruas asfaltadas: uma rua em fundo de vale não vai passar. Só vai passar asfalto nos bairros que tiverem suas situações regularizadas e temos ainda, 11 loteamentos a serem regularizado que estão em andamento. A burocracia não é só da prefeitura e da Cohavel, é do cartório, do planejamento e de uma porção de coisa e temos que ter a consciência e a percepção de que 100% da cidade não será asfaltada. Serão asfaltados os 100% dos bairros regularizados. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Os bairros que estão contemplados no projeto... o projeto é um processo e é encaminhado ao banco. Não é admitido no banco sem haver todas as informações técnicas colocadas dentro dos projetos que, a engenharia e os órgãos do município têm que apresentar. Esclarecer que o Jardim Universitário, Pedro, você se preocupou com o Turisparque e o Turisparque tem a rua que é do vereador Romulo Quintino, a rua João Merim tem 100 metros lá e o Turisparque faz parte do Universitário, enquanto bairro, então ele estaria contemplado, enquanto bairro, ele estaria contemplado. Tudo isso, quando o banco aprovar vai estar contempladas as ruas, senão não há liberação do projeto. Um projeto importante pra cidade e também, na Comissão que faço parte, e que passou. Temos a responsabilidade de dar parecer, naquilo que é competente de nós cobrarmos. Se o vereador sabe que tem coisa errada, cabe a ele provar onde está o erro ou vote contra. Votar uma coisa que sei que tem coisa errada, acho complicado. Sei que não tem coisa errada, por isso voto a favor. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Me senti na obrigação de usar a palavra até porque, na sessão da semana passada pedi às Comissões esforço concentrado durante a semana, pra que pudéssemos na sessão de hoje colocar este projeto em pauta; embora o regime de urgência estabelecesse o prazo de 30 dias, mas devido a necessidade de andarmos com este processo, pedi que as Comissões trabalhassem de maneira concentrada, permitindo que pudéssemos colocar em votação hoje. Estamos votando um benefício à população de Cascavel. Entendo a capacidade de retórica dos senhores, mas às vezes tenho a impressão que as coisas caminham de maneira diferente do que verdadeiramente caminham, de repente, acredito que: estamos fazendo algo errado, votando algo ruim pra Cascavel, mas volto a afirmar e tenho convicção absoluta de que a Câmara ao votar este projeto em uma semana, porque ele foi protocolado na semana passada, a Câmara está cumprindo com seu



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

papel que lhe cabe, neste sonho da população de Cascavel que é ter todas as nossas ruas asfaltadas. Esse é o fato, qualquer outra coisa é conversa. Todos nós sabemos que o asfalto, não em Cascavel, o asfalto em todo o Brasil, nenhum município mais faz asfalto com recurso próprio. Obviamente que, existe financiamento para tanto. Financiamento esse que, só é concedido se o município tem uma capacidade financeira, que tenha condição de arcar com aquele financiamento. A saúde financeira de Cascavel, os números são claros, vereador Jorge Bocasanta. O vereador Luiz Frare me dizia que em 2001, quando ele assume a Secretaria de Finanças 50% do nosso orçamento daquele ano da cidade estava comprometido com dívida futura e, este ano de 2015 estamos com cerca de 8% do orçamento comprometido com dívida futura. É notável a situação financeira de Cascavel, mas isso não nos permite gastar dinheiro onde tem dinheiro pra você buscar; porque se você não precisar gastar dinheiro com o asfalto, sobra dinheiro pra você fazer o Cmei, posto de saúde. Cascavel, colocou o dobro em saúde pública, no ano passado e esse dinheiro nós vamos tirar da saúde pra fazer asfalto, sendo que temos esse dinheiro disponível a ser buscado no mercado, com juros baratos, juros acessíveis; então é evidente que se estamos fazendo essa operação de crédito é porque temos essa condição. Eu peço aos senhores vereadores que deixemos de lado um pouco a cor partidária, a disputa eleitoral. Eu sei que a cada mês que passar, esse ano vai ser mais difícil a gente conseguir discernir as coisas; porque vem a eleição. E quando vem a eleição vem a sede pelo poder, o desejo de ganhar essa Prefeitura tão sonhada por alguns e que, não sei se vai ser a hora de ganhar pra esses, mas que a gente consiga separar um pouco as coisas. Essa administração vai até dia 31 de dezembro, eleita de maneira legítima pelo povo de Cascavel. Tem a obrigação de administrar essa cidade como se fosse o primeiro dia do seu mandato até o dia 31 de dezembro desse ano e, nós não podemos perder essa oportunidade. O governador Beto Richa dias atrás, acenou com a possibilidade de liberar esses R\$ 15.000.000,00 e a partir de então, se estabeleceu toda uma movimentação pra que isso acontecesse. Isso é apenas um passo, que é a autorização legislativa desta Casa, pra que o município possa fazer essa operação de crédito. Junto com isso, existem os projetos das ruas, existe a legalização daquelas duas que hoje não estão legalizadas, existem várias coisas que estão acontecendo ao mesmo tempo e nós sabemos que: estamos correndo contra o tempo; e então senhores vereadores, convicto de que estamos fazendo a nossa parte bem e também, em nome dos moradores de Cascavel que ainda sonham com o asfalto... eu estive reunido, vereador Paulo Porto, semanas atrás, lá com os moradores do Brasília e eles me pediram pelo amor de Deus: que a gente consiga fazer o asfalto até o final do ano. Eles não querem saber se vai ter eleição, se não vai ser eleição, eles querem saber do asfalto, passando na frente da sua casa. Eu estive lá na casa da Ruth, lá na rua Padre Gonzales lá no Jesuítas, que é uma luta já de anos e tem toda uma questão de legalidade lá no Jesuítas que também está andando paralelamente com isso. Semana passada, conversei com o presidente da Cohavel e ele me garantiu que: dentro de 30 dias vão ter aquelas áreas legalizadas do Jesuítas e junto com a sua operação de crédito autorizada por esta Casa, ao final desse processo vamos conseguir fazer o asfalto chegar naquela região. Quero encerrar minha fala, acima de tudo agradecendo a todas as Comissões que entenderam a importância deste



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

projeto e deram o seu parecer e possibilitaram que, este projeto fosse votado como está sendo votado na sessão de hoje. Era isso. Obrigado. Em votação o Projeto de lei nº 12/2016. Proceda a votação nominal senhor secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, João Paulo de Lima, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Rui Capelão, Luiz Frare, Marcos Rios, Ganso Sem Limite, Robertinho Magalhães, Nei Haveroth, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta) – Secretário: Projeto de lei nº 12/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Projeto de lei nº 12/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Agora em discussão, o Projeto de lei nº 5/2016 de autoria dos vereadores: Aldonir Cabral e Luiz Frare, que dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção dos cabos e fiação aérea, excedentes e sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam rede aérea no município de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Aldonir Cabral. – Vereador Aldonir Cabral: Hoje, venho nessa tribuna apresentar a vocês este projeto de minha autoria e do vereador senhor Luiz Frare. Este projeto de lei que determina que todas as concessionárias prestadoras de serviços de: telefonia, TV a cabo, internet ou qualquer outras relacionadas à rede aérea ficam obrigadas a remover os cabos e a fiação por elas instaladas, quando em excesso e sem uso. Eu quero pedir para o Rubens ou Júnior colocar algumas fotos no telão, pra os senhores vereadores darem uma olhada. Também quero fazer um agradecimento especial ao Júlio Fernandes, gerente de comunicação, que deu toda atenção pra gente aí e pra nossa equipe; ao fotógrafo Flávio e ao motorista Devaldir. Os vereadores estão vendo aí, um emaranhado de fios. É a atual realidade no cenário da cidade: fiação solta, postes sobrecarregados e a poluição visual formam um quadro com verdadeiros ninhos das redes elétricas, internet, TV a cabo e telefonia. O aumento da demanda por serviços de telefonia, TV a cabo e internet criou um verdadeiro congestionamento aéreo de fios, que atravessam e se emaranham em postes de energia elétrica. Grandes nós que frequentemente são emolduradas por cabos em baixa altura, amarrados ou soltos na via pública, abandonados. Esses desordenamentos da fiação dos postes representam um risco à população; visto que muitas vezes os fios permanecem soltos e dependurados ao alcance das pessoas. (-Um aparte) Pois não! – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de parabenizar vossa excelência e também, o vereador pela brilhante ideia. Projeto louvável, porque realmente essa questão dos fios aí, não é de agora que está acontecendo. Importante projeto, inclusive multando as concessionárias que distribuem. Vale a pena, nós também ressaltarmos que, é necessário inclusive senhores vereadores, daqui a pouco um ajuste; porque o município de Cascavel que tem a concessão inclusive dos postes, das redes elétricas é importantíssimo também ver que essas concessionárias estão utilizando este postes sem devolver ao município também o seu tributo, ou seja, elas instalam toda essa fiação e para os cofres públicos do município não vem nada. É uma maneira já de emendar essa lei. Queria parabenizar o Vereador Luiz Frare e a vossa excelência, vereador Cabral, porque realmente isso está acontecendo e não é só aqui na cidade, nos bairros, também, e é perigoso. Inclusive, muitas pessoas que acabam tendo isso nos bairros e crianças podem até inclusive, tocar em alguns



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fios aí e acontecerem alguns graves acidentes, nesse sentido. Parabéns, novamente por este projeto. É um momento de nós vereadores discutirmos também, sobre a locação já que isso pertence ao município de Cascavel e também, a questão da iluminação pública. Era o que tinha. Obrigado pelo aparte. (-Um aparte) – Vereador Aldonir Cabral: Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta Nós, da oposição quando o projeto é bom, mesmo que venha do prefeito, do filho do prefeito, do neto do prefeito, nós vamos votar favorável. Gostaria de lembrar que quando a oposição tem um projeto bom também, que os da base votem a favor. Obrigado. (-Um aparte) – vereador Aldonir Cabral: Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Também quero parabenizar os autores do projeto, mas dizer pra o Bocasanta que já votei nos seus projetos. Acho que é importante este projeto, porque esses dias foi votada a questão dos outdoors e muitas vezes, esses postes estão sobrecarregados, sim. Alguns cabos inclusive estão soltos pelo chão. É importante que essas empresas possam melhorar essa questão do visual. E essa questão da poluição é importante que a gente possa cada vez mais, deixar a cidade mais limpa e isso com certeza o projeto vai contribuir e fazer com que as empresas possam se adequar. Porque hoje a tecnologia está cada vez mais avançada e tem outros meios de não ficar pendurados esses cabos, passando insegurança pras pessoas. (-Um aparte) – Vereador Aldonir Cabral: Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Parabenizar pela excelente ideia, pra que realmente exista uma regulamentação a respeito. Nos deparamos nas ruas tropeçando nos fios e você não sabe o que passa por aqueles fios e, se passa energia. Uma criança passando ali, como é curiosa, vai querer saber o que tem naquele fio e poderá causar uma tragédia. Parabéns pela iniciativa. – Vereador Aldonir Cabral: O presente Projeto de lei que tem como objetivo compelir a remoção da fiação excedente e sem uso, deixados pelas empresas e concessionárias que fornecem energia, telefonia fixa, banda larga, televisão a cabo ou outros serviços por meio da rede elétrica; por isso conto com a aprovação deste simples, mas importante projeto de lei, por parte dos nobres pares desta Casa. Seria isso. - Presidente: Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem, Projeto de lei nº 05/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 11 que dispõe sobre autorização para o fornecimento de alimentação aos servidores, durante a realização de serviços públicos externos itinerantes e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Com todo respeito ao Executivo até porque, este projeto veio do Executivo, um projeto muito importante, mas que nos preocupa neste período que estamos vivendo, que já inicia este ano, o período eleitoral. Dessa maneira queria não criticar porque tenho apoiado todas as missões, mas precisamos ver a legalidade desse projeto. E quero me posicionar, porque daqui a pouco vão falar que nós somos contra os servidores que se alimentam lá no interior e, que tem que vir aqui pro centro da cidade buscar a sua marmita. Não é isso, que nós queremos. Eu quero deixar bem claro isso, porque nós estamos num período que temos que... existe algumas regras e eu só gostaria de saber inclusive, das Comissões, porque eu não vi esse procedimento inclusive no PPA e também na LDO, que é a lei de diretrizes do orçamento. Gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa, porque senão vão falar:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

são contra os servidores, não querem que os servidores se alimentem. Gostaria que os servidores pudessem almoçar num restaurante, não numa marmita, mas enfim, são situações que nós temos que pegar inclusive, e colocar posicionamentos e por isso que estou aqui solicitando inclusão de informações, porque além da LDO e do PPA temos uma lei a seguir, que é a lei 9.504/1997, quanto a fazer o uso promocional e distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados pelo Poder Público. Então, nós estamos no período eleitoral e, eu gostaria que inclusive, nós pudéssemos ter esse pensamento até pra que não tenha uma improbidade administrativa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Eu também compartilho dessa ideia, já tinha até notado aqui uma ilegalidade, neste projeto pelo fato de ser um período eleitoral. Então precisamos ter um parecer melhor sobre isso, para que não venhamos votar algo que possa nos prejudicar mais tarde. Sou a favor do fornecimento de marmitas; concordo, inclusive pra as pessoas que trabalha no interior. Recebi um relatório da Agricultura, 10 máquinas quebradas e, não é fácil e, ainda esse trajeto que o pessoal tem que fazer para voltar para se alimentar; então sou a favor da marmita ser fornecida, a quem está no interior, mas devido à situação de achar que há uma legalidade neste projeto, por ser período eleitoral, eu gostaria de formular um pedido de vistas. - Vereador João Paulo de Lima: Sou a favor do seu pedido de vistas. Com todo respeito ao Executivo, é um projeto fantástico, nós precisamos... – Presidente: Só um segundo. - Vereador João Paulo de Lima: A palavra está comigo. – Presidente: Não, porque o vereador Celso Dal Molin fez o pedido de vistas. Agora está em discussão o pedido de vistas; se o senhor quiser pedir a palavra pra falar sobre o pedido de vistas... (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Sou favorável ao pedido de vistas. Nada contra o Executivo, mas nada contra os servidores. Vale a pena lembrar que: muitas vezes ter que voltar do interior pra alimentar e depois voltar pra lá é complicado. Quem sabe o Executivo não faça isso através de decreto, alguma coisa assim, pelo menos pra amenizar este ano e no próximo ano, votaremos nesta Casa. Volto a questionar a legalidade e gostaria que as Comissões se manifestassem a respeito. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Deixar claro que o vereador Celso Dal Molin fez o seu pedido de vistas, pra ter melhores informações. No dia 8 de março, as Comissões: CCJ e Comissão de Finanças emitiu ofício ao secretário Welton, secretário jurídico do município de Cascavel pedindo informações. Demonstrar aqui a dotação orçamentária, falar sobre jurisprudência, fazendo diversos questionamentos a respeito e, acordamos através do vereador Luiz Frare, Vanderlei Augusto da Silva, que convocássemos o secretário de Assuntos Jurídicos e mais o secretário de Administração e secretário de Agricultura. Prontamente esses secretários se colocaram e, com suas equipes técnicas vieram dar as suas explicações. O vereador João Paulo de Lima que está aqui, falou que não viu onde há a rubrica orçamentária e: não viu, porque não estava presente quando foi feita a reunião. Estavam presentes poucos vereadores, uns mandaram representantes; mas poucos participaram dessa reunião, onde ficou bem esclarecido e onde aparece o ordenador de despesas, as rubricas que serão alocadas nessas despesas. Encaminharam também uma jurisprudência, onde aconteceu fato parecido em municípios próximos daqui, onde a jurisprudência deu ganho de causa pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o município. Existe as devidas explicações a respeito e, os vereadores fiquem a vontade se tiverem dúvida, mas já foi feito este questionamento ao Executivo. Estaremos adiando a votação deste projeto e assim, vamos adiar a determinação e a vontade daquelas Secretarias que tanto precisam e, principalmente a Secretaria da Agricultura, do interior, que fazem a arrumação das estradas, onde são penalizados com as chuvas. E agora mais essa da marmita, que eles têm que se deslocar do interior do município pra cá. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Acredito que as Comissões deram parecer sério; a dúvida é por ser período eleitoral. O pedido de vistas é pra não votarmos algo que não pode ser legal. Sou a favor do projeto, mas a dúvida é essa. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Vou ler a ementa solicitada pela CCJ e Secretaria de Finanças, onde fizeram a seguinte resposta: recursos eleitorais, eleição 2012, distribuição gratuita de vale refeição, bebidas para uso em festa do município pra angariar voto. Conduta vedada, falta de provas, restritos a cortesias a grupo específico. Realizada anualmente e com previsão orçamentária e sem abuso, não caracteriza por si só, a conduta vedada citada pelo vereador João Paulo de Lima. Art 73 § 10 da lei 9504/97 e, então foi feito recurso, o juiz deu ganho de causa ao município. Com certeza, nós estamos votando algo legal, já existe jurisprudência pra isso e então peço voto contrário ao pedido de vistas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Só complementando, o pedido de vista não vai acrescentar em nada do que já foi respondido com aquela solicitação que a CCJ e a Economia e Finanças fizeram a Secretaria de Administração Jurídica do município de Cascavel. Nós temos aqui inclusive, uma declaração assinada pela Célia, que é diretora do Departamento de Gestão Orçamentária, que é funcionária de carreira, e ela diz o seguinte: tem compatibilidade orçamentária tanto a Secretaria de Agricultura que é a que mais utiliza, como a Secretaria de Obras que também, utiliza e muito. E aqui a declaração orçamentária financeira: declaro para fins previstos do artigo 15, 16 da lei complementar nº 101, de 4 de maio 2000, que o Projeto de lei nº 11/2016 o qual dispõe sobre autorização para fornecimento de alimentação a servidores, durante a realização de serviços públicos externos itinerantes, tem adequação orçamentária e financeira com a lei de orçamentária anual para 2016 e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro 2016. Portanto, só complementando então o que o vereador Cláudio colocou, que: no artigo 7º, § 10 da lei 9.504 não se enquadra esse tipo de proibição, tendo em vista que é uma despesa necessária e administrativa, para que se executem trabalhos no interior e principalmente na adequação das estradas. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaiteiro: Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Achei necessária a preocupação que os vereadores têm, mas achei precipitado o pedido de vistas. Se fizéssemos a discussão: primeiro, poderia ser feito o pedido de vistas; após nos manifestarmos pra que houvesse esclarecimento. Vou votar contrário ao pedido de vistas, porque no meu entendimento está correto, porque no artigo 5º do Projeto já diz que: o objetivo do projeto é pra que não haja custo e acréscimo no salário e pra que a alimentação seja incorporada aos salários e assim para que haja uma legalidade neste sentido da regulamentação da marmita. Mas isso já está inserido na prestação do serviço, é uma atividade inerente a operacionalidade do serviço; então cada um tem um entendimento, mas se tivéssemos ouvido primeiro a discussão não precisaríamos ter feito o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pedido de vistas, por isso sou contra o pedido de vistas. Peço voto contrário. – Vereador Cláudio Gaitero: Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Nós temos aqui um problema, não temos que achar, temos que ter certeza no que nós estamos votando. O projeto é muito bom, inclusive o Vereador Frare sabe que eu dei parecer favorável na Comissão de Finanças, mas se vocês bem lembram em 2013 recebemos um processo aqui, por votar uma coisa ilegal. – Presidente: Só uma correção. Não votamos nada ilegal. Receber processo, todos podemos receber e faz parte da função pública; não tem nenhuma sentença condenatória condenando a votação que ocorreu na Câmara. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Foi prescrito, mas ocorreu o processo. A lei 9.504, diz o seguinte: são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas: tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais no ano em que se realizar eleição - fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefício por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de suma emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. Então gostaria que o Braga Côrtes, nosso jurídico, que ele também desse o seu parecer; porque nós estamos em ano eleitoral. A maioria de vocês são candidatos, a maioria de nós somos candidatos, e eu quero dizer e repetir as palavras do João Paulo: que eu sou favorável a esse projeto, o projeto é muito bom; mas nós não podemos votar uma coisa legal, porque podemos sofrer consequências lá na frente. Eu sou favorável ao pedido de vistas, porque não podemos votar um projeto que seja irregular. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Repetindo então o que o vereador Nei, falou: no artigo 5º vem de encontro aquilo que você falou sobre o artigo 63 - o fornecimento de alimentação que trata esta lei não tem caráter de benefício, tão pouco indenizatório; portanto, nós não vemos aqui em ano eleitoral essa questão de benefício. Nós temos jurisprudência a respeito. É plenamente justificável o referido projeto. – Vereador Fernando Winter: O Welton Fogaça, ele acha que vereador é tudo burro, que não estuda; porque nós não somos advogados. A justificativa dele não convence. Vou votar uma coisa errada e que nós vamos nos prejudicar? Sou favorável ao pedido de vistas, pra votar uma coisa certa. (-Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: O próprio advogado da CCJ, embasou bem a Comissão. Vamos com esse pedido de vistas novamente chamar aqui, porque só vi chamar o Jurídico da prefeitura e tem que estar os 2 advogados: tanto o do Jurídico como o da Câmara, para que possamos definir isso. – Vereador Fernando Winter: Era isso. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Interessante essa alimentação, porque já trabalhei na prefeitura antes do Edgar Bueno me mandar embora. Trabalhava em Rio do Salto, São Salvador e lá tinha dificuldade de comida, teve uma época que o imperador ali disse que: não era nem pra ocupar a cozinha pra fazer comida; 11 anos depois de administração continua agora vindo no final do mandato fazer alguma coisa pra fazer justiça com o que fizeram tanto injustiça nos outros 11 anos. A minha preocupação é pela legalidade. Por que ele não trouxe em 2013, este projeto? Só agora, ele percebeu que o cara que vai pra o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interior tem que comer? Tinha que sair daqui às 8 horas da manhã e ficar até 5 da tarde, sem comer? Lógico que não! Qualquer firminha leva comida pra os funcionários, mas a prefeitura de Cascavel é sempre diferente. Ali o império... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: De fato sentimos acompanhando alguns servidores que, reclamam por falta de alimentação; então, não sei se o tempo para se fazer a coisa certa, não tem período. Não vejo nesse projeto não vejo vício nisso, porque na verdade imaginávamos sempre que, o auxílio-alimentação é o direito do trabalhador. Fazer churrasco lá na casa do fazendeiro, pra o qual ele está prestando serviço; isso é errado. Agora, a prefeitura garantir para o seu trabalhador dentro do que é legal... garantir isso, não vejo como problema eleitoral. Não é porque é ano eleitoral. Teríamos que ter esse direito garantido a todo trabalhador. Nós do Estado temos auxílio alimentação, aqueles em que o salário é mínimo e esses que trabalham no interior, como virão até a cidade? Acho justo e não vejo problema. Entendo que é legal. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Pra corrigir a injustiça que foi os servidores que saem de manhã e voltam de noite com o buxo vazio. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: O Executivo que fizesse mais um aditivo. Faz um aditivo até o final do ano e o próximo prefeito que resolva este problema; façam um aditivo, então. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: É um projeto bom, só que vem em hora errada, mas mesmo assim voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Acho que o debate aqui é o que é legal e o que é moral. Tem coisa que é moral e é ilegal; tem coisa que imoral e legal: como a tentativa do Executivo em renovar o contrato de lixo por mais 20 anos. Isto aparentemente não sei se é ilegal, mas é moral. Fico na dúvida quanto à legalidade. Vou pedir voto favorável ao pedido de vistas e aguardar o parecer da Procuradoria da Casa, neste sentido independente dos outros pareceres até porque, já se debateu muito nesta Casa. Existem pareceres contrários, é do meio jurídico, não é desacreditar ninguém. Acho o mérito excepcional e queria parabenizar o prefeito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: O próprio advogado da Casa já deu parecer, então é fato consumado. (-Um aparte) - Vereador Paulo Porto: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Realmente isso, com o parecer do jurídico da Casa eu confio nele, votamos depois este projeto. - Vereador Paulo Porto: Já tivemos caso de pareceres distintos nesta Casa. O parecer que entendo que o parecer que representa esta Casa é do procurador da Casa. O mundo jurídico tem dessas coisas de interpretação. Peço voto favorável ao pedido de vistas, por entender que... é um projeto excepcional. Quem dera todo trabalhador pudesse almoçar, não só na quentinha né, no restaurante; então parabéns ao Executivo. Eu só queria reforçar o que o Bocasanta, falou: podia ter feito isso há 12 anos atrás, não é de hoje que o servidor tem problema de alimentação. Se fosse ano passado, esse debate não existiria nesta Casa e, só está existindo por questão eleitoral. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Lendo novamente o acórdão, o ministro Josafá Antonio Lemos foi publicado no Diário Oficial da Justiça em 19/06/2013, deu ganho de causa ao município. Portanto, não estamos aqui diante de uma ilegalidade. Quem sabe nós viemos aqui, atrasar mais ainda aqueles procedimentos que estão tanto precisando aí no interior do município de Cascavel. Peço voto contrário ao pedido de vistas. - Vereador Paulo Porto: Peço voto favorável ao pedido de vistas e entendo que todo pedido



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de vistas devia ser aprovado; porque é uma dúvida do vereador que tem que ser esclarecida. Peço voto favorável ao pedido de vistas. – Presidente: Vamos à votação do pedido de vistas, formulado pelo vereador Celso Dal Molin. (Foram contrários, os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Ganso Sem Limite, Robertinho Magalhães, Nei Haveroth, Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino, Jaime Vasatta, Walmir Severgnini, Romulo Quintino, João Paulo de Lima, Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Rui Capelão) – Secretário: 12 votos favoráveis e 8 contrários. – Presidente: Com 12 votos favoráveis e 8 contrários, aprovado o pedido de vistas. Só solicito ao vereador Jorge Bocasanta e líder do governo, pra que amanhã a gente possa anunciar o horário de uma reunião com a equipe técnica da prefeitura, com os nossos servidores; porque este é um assunto de muita seriedade. Sabemos das dificuldades que temos no interior e não podemos por uma questão somente de dúvida, deixar de aprovar um projeto destes. O projeto está absolutamente legal, mas não há como forçar os senhores vereadores a votarem a favor do projeto. Gostaria de pedir aos senhores vereadores que participem desta reunião. Não adianta vir o procurador jurídico, secretária financeira, e os vereadores não participarem da reunião. Solicito ao vereador Cláudio Gaitero que marque essa reunião, anuncie amanhã. E peço aos senhores vereadores que estão em dúvida que, participem dessa reunião. - Vereador Romulo Quintino: Questão de ordem. Solicito a presença do procurador jurídico dessa Casa, na reunião. – Presidente: Solicito aos senhores vereadores, porque é de fato muito importante que a gente possa deliberar. Sobre ter medo ou não, de processo, eu tenho a convicção muito pessoal de que não podemos ter medo. Isso faz parte de você assumir uma responsabilidade: a função pública. O que você tem que fazer é fazer as coisas com convicção. Ser processado não é demérito pra ninguém. Encerro a Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Passamos para as inscrições do interesse público. A primeira inscrição é do vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Quero nesse tempo fazer aqui, duas considerações e deixar registrado nos anais desta Casa a representação que fizemos no sábado à noite, ali no bairro Brasília e mais especificamente no loteamento Los Angeles, quando estivemos representando esta Casa, por ocasião do um ato aonde foi jubilado um pastor da Igreja Assembleia de Deus, após 27 anos de trabalho na nossa cidade. Estivemos ali então, levando o abraço desta Casa; naturalmente pelo relevante serviço prestado à comunidade em vários bairros: Santa Felicidade, Los Angeles, XIV de Novembro, Neva, Parque, São Paulo, Tarumã, região de Interlagos; então pastor Moacir de Oliveira após 27 anos de trabalho intenso, incansável, ajudando de fato a nossa cidade porque é como eu sempre falo: não me canso de repetir até porque é expressão da realidade, ainda que alguns discordem, naturalmente. As igrejas são o principal estandarte, são a principal coluna, o principal apoio que a cidade tem nos mais diversos aspectos, não só para a manutenção da ordem pública, mas para a propagação do evangelho que traz consigo benefícios na área da saúde, na área da assistência social, na área da Educação, na área da segurança. Tantas pessoas são alcançadas e só são alcançados e tem a oportunidade de ter a sua vida transformada, a partir de um contato e um trabalho, através das igrejas. Deixar nosso abraço e transmitir também a toda esta Casa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o cumprimento do ministério Assembleia de Deus, em Cascavel, pela deferência e pela homenagem prestada ao pastor Macedo Oliveira no último sábado. Mas falar também inequivocadamente sobre o ato de ontem, dia 13 de março, um ato que movimentou todo o Brasil, um ato histórico. Estava vendo agora, a Folha de São Paulo dizendo que: foi o maior ato da história do País, esse que ocorreu ontem, algo muito forte; embora eu tenha sérias reservas com alguns acontecimentos. Eu não entendo que a entrada de um novo governo do PSDB, naquele momento fosse transformar a história do Brasil e seria o grande divisor de águas, seria a salvação da lavoura, como se diz; mas, dentro do processo da rotatividade, achei naquele momento que seria importante a troca do governo. Um partido que já estava há 12 anos e agora foi a 16 anos, era necessário que houvesse uma mudança de governo. Infelizmente, a maioria da população não entendeu dessa maneira e nós estamos vendo o desfecho, que quem sabe tivesse havido a troca naquele momento em que o presidente Lula saiu, hoje o nosso país continuaria naquela mesma toada de crescimento. Então, eu não acho que a mudança de partido tão somente seria a salvação da lavoura até porque, eu vejo muitas pessoas que estão em cargo público hoje, muitas pessoas, que estão desfrutando de cargo público a nível de Estado, a nível Municipal, a nível Federal que têm a oportunidade de fazer algumas ações e não estão fazendo. E ao mesmo tempo estão batendo e batendo com força no governo federal. Eu gostaria e, que bom se as pessoas tivessem uma consciência, pessoas que são ligadas ao governo em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal e estão prontos pra ir bater no PT. E eu não estou defendendo o PT muito pelo contrário, todos sabem minha posição, mas só que quando tem a oportunidade de fazer alguma coisa pela cidade, pela região, não estão fazendo; mas são os primeiros a irem criticar o governo federal. Mas o dia 13 de março foi um dia emblemático, um dia em que a população mais uma vez está disposta a varrer o lixo político que existe infelizmente, no país e nas mais diversas esferas e partidos. Não me refiro especificamente ao PT e a seus aliados, mas ao lixo político como um todo. Mas o pior do que isso, eu vejo que a população também, precisa estar arregimentada. E hoje como recebemos aqui, o Dom Mauro, arcebispo da igreja católica da arquidiocese de Cascavel, nos dá uma amostra muito positiva de que esta Casa tem andado muito a partir desse paradigma cristão, esse paradigma de atender as necessidades e as eventuais causas que as igrejas sempre têm. Eu vejo que o Brasil também, precisa passar a se posicionar, as pessoas de bem, as pessoas preocupadas, a não apenas o lixo político que está invariavelmente em todas as camadas, em todas as classes. Mas nós estamos diante de um grande problema voltado como lixo ideológico. E o lixo ideológico é um problema que foi plantado e que germinou em todas as ações legais no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Paraná, nas Câmaras de Vereadores, foram tomadas. Por exemplo, nós tivemos agora recentemente a união de algumas Secretarias, a Secretaria que diz relação às causas das mulheres, das causas raciais e também dos Direitos Humanos unidos em um único Ministério, e mais uma vez a tão propalada ideologia de gênero, foi tentado mais uma vez inserir essa ideologia nefasta, desrespeitosa. Nós ouvimos sempre dos pais, das mães, falando sobre essa questão: que quem ensina pro seu filho, acerca de razões morais são os pais e não a escola. É uma tendência radical tentando imputar nas nossas crianças aquilo que elas não querem, até



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

porque não estão preparadas e aquilo que os pais também, e as mães naturalmente não querem. E nós tivemos agora, mais uma vez um ato de desrespeito com aquilo que foi tratado no Senado, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional como um todo, naquilo que foi tratado nas Assembleias Legislativas de todos os Estados e nas Câmaras: a rejeição dessa questão de gênero. Mais uma vez tentaram colocar goela abaixo, na criação de um novo Ministério e se não fossem as nossas guardiãs, os guardiões que nós temos da família, dos bons costumes, da família tradicional em Brasília, eles teriam conseguido, teriam conseguido êxito nessa verdadeira aberração que já foi rejeitada pelo Congresso Nacional, já foi rejeitado pelos deputados, que já foi rejeitada inclusive por esta Câmara, mas esse Ministério da Deseducação, esse Conselho Nacional da Deseducação não cansa de tentar inserir aquilo que já foi rejeitado. É uma das maiores expressões que eu já vi em toda minha vida de desrespeito aquilo que o Congresso Nacional já votou e, aquilo que o Congresso Nacional já rejeitou; aquilo que as Assembleias Legislativas e que as Câmaras já rejeitaram. Esse Conselho Nacional da Deseducação presta um desserviço gigantesco pra esta Nação, um desrespeito nunca visto na história do nosso Brasil; então quero deixar registrado também, aqui a nossa indignação com mais essa tentativa sorrateira desse Conselho Nacional de Deseducação de inserir no novo Ministério a ideologia de gênero e dizer que o Brasil, continua vigilante nessa questão. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Só questão de ordem, não seria do Fernando Winter que é líder de bancada? – Presidente: Vereador Fernando Winter, vossa excelência confirma: o senhor ainda é vereador do PTN? Então, com a palavra vereador Fernando Winter. Chegou a esta Casa a informação de que vossa excelência tinha trocado de Partido. Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Alguns assuntos que tenho pra expor e também, compartilhar com vocês as coisas boas e também, as dificuldades do nosso município. Falar da educação, a educação como presidente da Comissão, nós temos feito um trabalho eficaz, importante, o vereador Paulino, o Martendal, aonde nós temos visitado as escolas municipais. Eu observei aqui, alguns problemas que vão se arrastando já há 40 anos, a questão da concessão de uso. Senhores vereadores, para os novos eleitos do ano 2017, tem um grande desafio de nós regularizarmos a situação dos terrenos, aonde que há 40 anos há mais de 7 escolas municipais que estão em terrenos do Estado. Então precisa ver e, na minha opinião, não é uma concessão de uso pra 20, 25, 30 anos. É uma doação definitiva do Estado para o Município. É muito simples entender isso: como que eu vou construir uma casa num terreno que não é meu. A lei mesmo proíbe, então às vezes uma reforma, uma construção de uma escola que poderia estar sendo realizada esbarra na lei, porque o terreno não é do município; então quero dizer aos senhores vereadores que, esse ano não vai dar novamente por ser um ano eleitoral. Não vai dar pra resolver essa situação, mas que o ano que vem fica o compromisso deste vereador, caso se reeleja de nós regularizarmos essa situação, senhores vereadores. E peço o apoio de todos vocês que no caso da reeleição, que assumam esse compromisso de regularizar a situação dos terrenos das escolas municipais. Este é um assunto e o outro assunto é a evasão dos professores. Fomos numa escola que tem um déficit de 10 a 15 professores; então na minha opinião, onde está o problema? Acredito que esteja na questão salarial,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

então temos que rever isso, essa questão muito importante, senhores vereadores, da evasão dos professores; porque estão indo para outros seguimentos sem ter um incentivo dessa bela profissão; e até um presidente da República passa por um professor. Senhores vereadores, a questão também dos Cmei's, nós temos que ajustar essa situação e precisamos zerar a fila das crianças que precisam de uma vaga; outra situação preocupante da Comissão de Educação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Fui alcançado na quinta-feira pelo telefonema de um pai, que me dizia: - vereador, a minha filha da quarta série que tem oito anos de idade, chegou em casa me explicando pra mim que se pode ter família de mulher com mulher e de homem com homem e me explicando também, como uma mulher pode ter filho por inseminação e como ela faz isso e, como um homem pode ter filho, também. Eu disse: pai, isso não é real porque nós temos um plano de educação que não permite esse tipo de ensinamento para crianças; principalmente no quarto ano e com oito anos de idade. Fomos com o pai, chamei o vereador Fernando Winter, que é presidente Comissão de Educação e, fomos falar com esse pai, junto com o vereador Fernando. E junto com esse pai fomos até o Colégio e no colégio convocamos: a professora, a coordenadora, para ver o que estava acontecendo. Qual foi a nossa surpresa, quando a professora disse: não; eu ensinei baseada no esboço que a Secretaria de Educação nos mandou. Esse esboço aqui, senhores vereadores: objetivos, conteúdos e avaliação da disciplina de ensino religioso. No ensino religioso foi levado uma matéria e eu quero dizer pra vocês, um ponto dessa matéria: identificar e respeitar toda a diversidade biológica, cultural... – Vereador Fernando Winter: Vereador, depois você usa seu tempo. Então senhores vereadores nessa questão, fomos chamados a uma escola municipal, aonde no ano passado vocês devem estar lembrados que foi aprovado o Plano Municipal de Educação 2015/2025, onde deu um quebra Paulo Porto; de tapa pra cá, tapa pra lá, uns eram favoráveis e outros desfavoráveis à questão, de uma palavra que já foi citado aqui, pelo vereador Quintino e que se chama: ideologia de gênero. Na ideologia de gênero você não é homem, você não é mulher, você é apenas um gênero. Lá na frente quando você tiver 11, 12, 13 anos, você pode escolher o que você quer ser. Senhores vereadores, nessa sequência aqui, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação nós vimos claramente que a Secretaria não está obedecendo ao Plano Municipal de Educação que, por nós aqui foi aprovado por 16 vereadores. E apenas quatro vereadores foram contrários à emenda retirando: diversidade sexual e a palavra ideologia de gênero; então senhores vereadores, nós precisamos averiguar melhor com o coordenador chamado Cleiton Linhares. Eu gostaria que o senhor Cleiton Linhares, que é o coordenador da Educação e que elaborou esse plano aqui, colocando essa educação. Vereador Rômulo, essa educação no ensino religioso e aqui diz: ensino religioso. Na minha opinião, no ensino religioso se ensina a religião ou história da religião, a história da religião Metodista, Assembleia de Deus e por aí vai. Só que nós vimos pelo depoimento do pai, pelo depoimento da mãe, que ali não tinha um ensino religioso e sim, uma educação sexual ensinando que hoje nas famílias: existe tanto família pai e mãe, como existe família pai e pai e mãe e mãe e isso, senhores vereadores, isso no meu entender é ideologia de gêneros. Então a Secretaria não está seguindo o Plano Municipal de Educação que nós aqui, por 16 vereadores foi aprovado, no ano passado. Vocês devem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estar bem lembrados, inclusive o pessoal da imprensa, que deu muita discussão e até brigas aqui, no plenário. Então nós, como presidente da Comissão de Educação, a nossa função aqui é fiscalizar, é estar atentos e defender a família, a família tradicional; porque quem ensina educação sexual não é o professor, não é escola, não é o Estado, quem ensina educação sexual é sim, o pai e a mãe que ensina educação sexual. Então senhores vereadores, nós gostaríamos que o senhor Cleiton Linhares viesse dar explicação pra Comissão, porque a Secretaria não está seguindo o Plano Municipal e outro agravante: em três escolas que eu fui, nenhuma diretora tinha o Plano Municipal 2015/2025 e apenas o Plano antigo, que era 2004/2014; e então pra finalizar: nós somos contra ou favorável a determinadas situações, mas como presidente da Comissão temos que fiscalizar o que não está sendo cumprido no Plano Municipal. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Questão de ordem. Só gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa o fato que aconteceu semana passada, com os repórteres Davi e Patrícia Sonsin e, como eles estão aí na plenária, eu só gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa, o apoio desta Casa até porque existe a liberdade de imprensa e não foi acertado naquele momento, onde acabaram fazendo o seu trabalho lá e acabaram sendo reféns. Então deixo aqui, o nosso registro de solidariedade a esses repórteres. – Presidente: Referência importante: a imprensa é basilar de qualquer democracia; e então fica de fato o nosso apoio incondicional ao trabalho da Imprensa e, em especial da TV Tarobá que tanto faz e tanto fez pelo desenvolvimento da nossa região oeste com o jornalismo imparcial. Sem dúvida fique registrado nesta Casa o apoio Incondicional a esses jornalistas. Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Continuando... Identificar e respeitar toda diversidade biológica cultural, econômica e de gênero. Quero lembrar o que o Fernando também falou, mas quero lembrar das emendas que foram feitas por esta Casa aonde diz: entende-se por diversidade as diferenças sociais, religiosas, linguísticas, biológicas e sociais. Quero lembrar de uma emenda do vereador Romulo Quintino e que diz assim: fica vedada a adoção de políticas de ensino que tendem a aplicar ideologia de gênero, o tema gênero foi tirado. Na apostila que eu considero uma afronta, o objetivo de avaliação da disciplina de ensino religioso foi uma afronta a esta Casa acrescentar, por esse diretor Cleiton, esse ensino nas escolas. Está lá, os professores estão ensinando. Aconteceu com uma professora que chega numa turma de 4º ano, crianças de 8 anos de idade e ensina sobre: mulher com mulher e homem com homem. Quando nós chegamos lá, para questionar essa situação junto com Fernando, ela nos esclarece que fez isso baseado num esboço enviado pela Secretaria de Educação e, quem tem que ser chamado aqui é o secretário da Secretaria de Educação para explicar a situação. Quando pedimos para ela sobre o Plano de Educação, fizemos uma ata e todos nós assinamos essa ata: o pai, Fernando Winter, a professora e também a coordenadora que disse assim: - nós não temos o Plano de ensino de Educação, não foi nos enviado; então a Secretaria de Educação pegou o Plano de Educação aprovado por esta Casa e engavetou, fez um esboço e enviou as escolas; ou já estava lá, não sabemos. Então nós estamos nos sentindo agora numa situação que, esta Casa votou e foi humilhada por não enviar o seu Plano de Educação àquela escola. Queremos dizer para os senhores que, isso não pode acontecer. Isto jamais pode acontecer:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

se nós aprovamos, votamos esta lei e tiramos essas palavras e foi aprovado por esta Casa: como é que o colégio, agora começa a ensinar essas coisas? Claro que aqui uma professora pode pegar e levar esse esboço de uma maneira diferente, mas nesse caso essa professora foi ao ponto do esboço e apresentou essa aula. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Se isso de fato ocorreu, nós estamos convivendo dentro do nosso Município, dentro da nossa casa, dentro do nosso quintal, com o mesmo desrespeito que o Ministério, e que o Conselho Nacional da Deseducação nesse quesito, está cometendo em Brasília. Isso nós não podemos permitir. Que escola que vocês foram? – Vereador Celso Dal Molin: Escola Reverendo Darci Miranda. - Vereador Romulo Quintino: Reverendo Darci Miranda, que ironia! Então eu quero propor pra vocês essa denúncia, ela é muito séria, muito grave e, é algo que esta Casa tem lutado contra: as questões de destruição do modelo tradicional de família e nós não podemos permitir que a Secretaria de Educação esteja agindo assim. Se esse diretor, eu não sei o que ele é, esse rapaz se fez de fato o que ele fez e, está demonstrado pelo senhor, não tem condições de permanecer num cargo de coordenação pedagógica tão importante do ensino religioso. Primeiro, desobedecendo aquilo que foi votado nesta Casa. E esta Casa não pode se furtar dessa discussão, nem tão pouco deixar que isso passe de forma despercebida quando uma lei votada aqui é despeitada por um cidadão, que é funcionário público e que tem por dever obedecer aquilo que está no Plano Municipal de Educação. Ele está nos dando um nariz de palhaço, ele está nos dando um colar de besta; e isso não podemos permitir. Vamos procurar a Secretaria de Educação, sou parceiro e eu tenho certeza que, o secretário Valdecir Nath, ele não tem conhecimento dessa causa. É na pasta dele, mas tenho falado com ele constantemente sobre isso, mas vamos cobrar esta situação. Obrigado vereador, parabéns pela atuação. – Vereador Celso Dal Molin: Responder e valorizar assim o seu corpo e do outro em suas individualidades. Uma frase dessas se ela não quisesse dar dupla função, ela seria assim: respeitar e valorizar a si mesmo e aos outros. Houve aqui uma intenção clara desse plano de ensino religioso, que veio sobre as escolas tentar tirar o que foi aprovado por esta Casa e o fato da Secretaria não ter enviado o Plano de Educação. – Vereador Nei H. Haveroth: Provavelmente, o Conselho de Educação aprovou esse documento. – Vereador Celso Dal Molin: Aprovou; mais grave do que nós pensamos. Eu quero saber como que fica a lei aprovada por esta Casa; se nós temos uma lei aprovada por esta Casa tem que ser seguida. Esta lei não pode ser mudada, é incrível! Pegaram o Plano Municipal engavetaram e fizeram um esboço e, enviaram para as escolas e isto não pode acontecer. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Gostaria de aproveitar essa onda moral que está varrendo o País, inclusive esta Casa, pra debater o tema doméstico da nossa terrinha que beira a imoralidade. Como todos sabem e se não sabem, deveriam saber: está em curso uma grande articulação política, a partir do Executivo e da OT Ambiental, para que no apagar das luzes desse mandato se renove o contrato de lixo por 20 anos. Isso por si só, já seria um absurdo e um profundo desrespeito ao povo cascavelense e com o próximo prefeito, seja ele quem for. Porém, o pior é que uma das concorrentes favoritas à própria OT Ambiental, já responde no Ministério Público por suspeitas fraudulentas do último contrato. Ação, na qual o Executivo também é réu, e mais:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

esse contrato de inacreditáveis 20 anos será feito nos moldes da chamada parceria público-privada, a partir da lei que aprovamos neste plenário, com o meu voto contrário. E lembro naquele dia que, afirmei para os vereadores que estávamos criando uma caixa de pandora, ou seja, criando facilidades nas licitações e que podiam criar complicações legais para o município e me parece que, infelizmente eu estava certo. O simpático Pitoco entrou em contato com alguns prefeituráveis, a respeito dessa possibilidade. O Pitoco perguntou: é oportuno e o que pensam os prefeituráveis de Cascavel sobre a renovação do contrato de lixo bilionário. no apagar das luzes de Edgar Bueno? Segundo Pitoco e segundo os prefeituráveis: Márcio Pacheco “o lixo é objeto de polêmicas constantes, acerca da lisura dos contratos atuais, inclusive com questionamento do Ministério Público. Contratar por mais de 20 anos, agora é um desrespeito com os próximos gestores em Cascavel. Prefeiturável: Hélio Laurindo “considero um absurdo uma administração finalizando fazer contrato de 20 anos e com poucas empresas participando”. Prefeiturável Leonaldo Paranhos, também usou a palavra, absurdo: “é incoerente, imoral e irresponsável.” E ele defende um aditivo que, até o início do próximo ano, que o próximo prefeito encaminhe a licitação. Faltaram o prefeituráveis Gugu Bueno, Walter Parcianello e outros; mas eu creio que pelo zelo que vocês têm pela questão pública, seria na mesma linha a argumentação de vocês. Entretanto, por mais que eles sejam contrários, a opinião deles ser importante pra Cascavel, cabe somente a esta Casa não permitir isso. Cabe a esta Casa se manifestar contra essa renovação absurda e injustificada e que irá comprometer aproximadamente um bilhão de reais, nos próximos 20 anos de dinheiro público e sem contar os aditivos. Diante disso se faz necessário, esta Casa rediscutir a lei da parceria público-privada. Se faz necessário esta Casa criar condições legais, porque nós criamos as leis e fomos eleitos para isso, pra que absurdos como esse não se repitam. Por isso, o nosso mandato em conjunto com outros mandatos está estudando maneiras legais para impedir que este tipo de coisa aconteça e que essa irresponsabilidade aconteça, no último ano de mandato. Espero que esse debate tome corpo nesta Casa e os discursos morais que eu tenho ouvido na tribuna e fora da tribuna, não seja apenas moralismo eletivo; porque se for eletivo beira a hipocrisia e beira ao oportunismo, que eu creio que não é o caso desses vereadores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Deixar registrado também, nos anais desta Casa, eu falava semana passada da deputada Leandre, que foi a relatora da fosfoetanolamina sintética, na Câmara Federal e foi aprovado por unanimidade; e essa semana passará no Senado, justamente por pressão, também. Então gostaria de agradecer e também de ressaltar aqui, nós tivemos a presença do Dom Mauro que se manifestou favorável, primeiro líder da Igreja Católica do Brasil que vai se manifestar favorável, inclusive na sua missão aqui em Cascavel. Obrigado pelo aparte. (-Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Só deixar registrado que quando da aprovação do projeto das parcerias público-privadas este vereador protocolou uma emenda que, infelizmente não passou. E a emenda exigiria que passasse aqui, pela Câmara. Estaria sendo reservada a nós a palavra final, infelizmente a emenda não passou. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Encerro com a expectativa de que esta Casa retome esse debate de maneira séria, republicana, porque o que está em interesse aqui não é de um mandato de oposição ou da base governista, está o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse futuro de Cascavel. E com todo respeito ao Executivo entendo, ser um profundo equívoco, que beira irresponsabilidade renovar o contrato no último ano de mandato. Caberia um aditivo, caberia um ano de renovação, e que permita o próximo prefeito seja ele quem for: governar Cascavel. Fica o apelo a esses vereadores que, nós estudamos algo nesse sentido e lembrando que dia 24, teremos audiência pública para discutir o contrato do lixo. Nós faremos uma ampla convocação de toda a sociedade cascavelense e interessados, pra debater o futuro desse contrato e, que nós entendemos que, deve ser renovado no máximo por um ano; um aditivo e tem que ver a questão legal, mas jamais por 20 anos. Seria um grande equívoco, no final dessa gestão. Muito obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – vereador Luiz Frare: Abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado, vereador Luiz Frare. Dessa maneira, encerramos a presente sessão. Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e vinte e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário